



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Classe social, raça/etnia e sexo.

**A OPRESSÃO RACIAL E OS RETROCESSOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

Gustavo Gonçalves Fagundes¹

Resumo

Para esta análise, leva-se em consideração o caráter dependente da formação capitalista na América Latina e suas expressões na contemporaneidade em especial, frente a conjuntura de retrocessos no âmbito da democracia brasileira. Além disso, o artigo tem como objetivo expor como o mito da democracia racial se expressa das mais variadas formas no cotidiano brasileiro. Apresenta a opressão racial como intrínseca ao capitalismo e demonstra como o mito da democracia racial cumpre um papel fundamental para essa relação. Mas que apesar disso, os negros e negras tem a possibilidade de conseguir romper com o ideal de branqueamento e assumir sua negritude por meio do processo de autodeclaração racial.

Palavras-chave: Democracia; Capitalismo dependente; Opressão; Racismo; Autodeclaração racial.

Racial oppression and dependent capitalism in contemporary Brazil

Abstract

For this analysis, we take into account the dependent nature of capitalist formation in Latin America and its expressions in contemporary times, especially in the context of setbacks within the framework of Brazilian democracy. In addition, the article aims to expose how the myth of racial democracy is expressed in the most varied forms of everyday life in Brazil. It presents racial oppression as intrinsic to capitalism and shows how the myth of racial democracy plays a key role in this relationship. But in spite of this, blacks and blacks have the possibility of being able to break with the ideal of whitening and assume their blackness through the process of racial self-declaration.

Keywords: Democracy; Dependent Capitalism; Oppression; Racism; Racial Self-Declaration.

Introdução

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho compreendem uma reflexão acerca dos retrocessos da democracia brasileira em paralelo a situação da população negra na contemporaneidade. Para isso, se dispõe a destrinchar um importante percurso que tem início na formação do capitalismo latino americano, a partir de elementos que estruturam também a sociedade brasileira.

Em primeiro instante, é necessária a compreensão da dimensão dependente do desenvolvimento do capitalismo na região que conforma a América Latina. Esse aspecto tem fundamental importância, pois é a partir dessa estrutura que se desdobram

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal luminense (UFF) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: <info.enps.com.br>.

fenômenos da atualidade. Questões candentes na sociedade que estão diretamente ligados aos séculos de colonização, a escravidão da população negra, a dizimação dos povos indígenas e a espoliação da riqueza aqui encontradas.

Os elementos estruturais deste caldo sócio-histórico tem suas expressões acirradas no quadro de configuração dos novos arranjos do mundo capitalista. A situação conjuntural aberta no Brasil, principalmente após a década de 90, ilustra esta situação com a desconstrução de direitos sociais parte e resultado da ascensão prévia de um conjunto de diretivas neoliberais.

A era da acumulação flexível e das políticas de ajustes estatais neoliberais. Processos esses inerentes à mundialização operada sob o comando do grande capital, sobretudo o financeiro. É no interior desses processos que são desenvolvidos fortes ataques às classes subalternas, materializados nas regressividades dos contratos e das condições de trabalho e nas contarreformas na esfera estatal que, no campo particular das políticas sociais, vêm assumindo contornos acentuadamente privatistas e focalizadores. Essa conjuntura é marcada, também, pela regressividade das organizações e das lutas dos trabalhadores, seja no campo sindical (no qual há hegemonia de um sindicalismo colaborador nos processos de ‘gestão’ da crise), seja no dos movimentos sociais (hegemonizado por ações defensivas e demandas corporativas e localistas). (Duriguetto, 2014, p.177-178)

As discussões das raízes do mito da democracia racial são fundamentais para compreender o racismo e as nuances da questão social no Brasil. As particularidades marcadas em um país que atravessou mais de 300 anos sob um regime escravista, permeado de ideologias a respeito da opressão racial – as quais estão a serviço da super exploração do proletariado negro – e suas mais diversas variantes, incidem até os dias atuais na realidade da população negra.

Dessa forma, é visível a combinação da exploração capitalista e a ideologia racista no mesmo processo, fundamental para a formação do capitalismo industrial no Brasil. Entretanto, as inúmeras tentativas da elite brasileira de embranquecimento da população não surtiram o efeito esperado e a questão racial exigiu novas ideologias para dar conta de tal problema, daí surge o mito da democracia racial.

Clóvis Moura afirma:

Na sociedade abrangente (capitalista) a filosofia de uma “democracia racial (que conserva e preserva os valores discriminatórios do dominador no nível de relações interétnicas) se apresentaria como a filosofia vitoriosa e, com isto, teríamos a unidade orgânica da sociedade brasileira e uma nação civilizada, ocidental, cristã, branca e capitalista. No entanto, o que significaria concretamente esta conclusão?

Basicamente, manter a sujeição de classes, segmentos e grupos dominados e discriminado. Na sociedade de capitalismo dependente, que se estabeleceu no Brasil, após a Abolição, necessitou-se de uma filosofia que desse cobertura ideológica a uma situação de antagonismo permanente, mascarando-a como sendo uma situação não-competitiva. Com isto, o aparelho de dominação procuraria manter os estratos e classes oprimidas no seu devido espaço social e, para isto, havia necessidade de se neutralizar todos os grupos de resistência - ideológicos, sociais, culturais, políticos e religiosos - dos dominados. Como a grande maioria dos explorados no Brasil é constituída de afro-brasileiros, criou-se, de um lado, a mitologia da “democracia racial” e, de outro, continuou-se o trabalho de desarticulação das suas religiões. (MOURA, 1988, p. 55)

Esse é um debate fundamental e que deve reafirmar a indissolúvel combinação de raça e classe, seus rebatimentos históricos e como apesar de todos esses entraves, o povo negro no último período reafirma sua negritude e cria mecanismos de organização e combate ao racismo e exploração.

O curso desigual e combinado do capitalismo dependente na América Latina e um breve contexto da democracia brasileira na atualidade

Anterior à compreensão da situação contemporânea da opressão racial no Brasil, é necessário entender o funcionamento do sistema capitalista, a forma como se desenvolve e o que é necessário para que possa se movimentar. Além, é claro, da forma de dependência da estrutura desse modo de produção no conjunto da América Latina.

Como afirma MARINI (2017; p.47), “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento capitalista mundial”. O que se traduz na ideia de que a região se desenvolveu em consonância a dinâmica do capitalismo internacional. Junto a isso, Theotonio dos Santos afirma que as mudanças na divisão internacional do trabalho, na fase do capitalismo monopolista, conduzem os países dependentes:

a) ao predomínio da grande empresa; b) à concentração econômica, sob o domínio da grande indústria, sobretudo, internacional; c) ao domínio monopolista do mercado; d) ao surgimento de uma camada gerencial que representa os interesses do grande capital; e) à organização sindical e política dos interesses do grande capital; f) ao controle da vida política e do Estado, mediante a adaptação a seus interesses. (Santos, 1971, p.201)

Como em todos os países da periferia do sistema internacional de Estados, a estrutura de classes foi desenvolvida em uma articulação que combinava dinâmicas sociais não capitalistas e a modernização. Devido a sua localização subalterna na divisão internacional do trabalho, as economias latinas sempre foram à outra face do moderno

capitalismo avançado dos países centrais. No caso brasileiro, por exemplo, essa combinação produziu um país complexo, um híbrido.

O Brasil é atrasado econômica, social, política e culturalmente. É profundamente atrasado em termos educacionais se comparados a países com o estágio econômico semelhante. Os plenamente alfabetizados na língua e em matemática representam 8%, enquanto os analfabetos funcionais correspondem a 27% da população com 15 anos ou mais². Porém, possui ao mesmo tempo o maior parque industrial do hemisfério sul, uma das dez maiores economias do mundo³ e mais de 85% da população economicamente ativa em centros urbanos. Representa um laboratório histórico do desenvolvimento desigual e combinado.

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. [...] A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num pólo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade. (MARINI, 2017. p.63)

A inserção do Brasil no mundo se divide entre um híbrido de semi colônia privilegiada e sub metrópole regional. Inclusive com uma burguesia com características distintas dos vizinhos regionais, como se pode ver com as taxas de acumulação de renda, “a porcentagem de participação de renda total do país do 1% mais rico foi maior no Brasil do que em qualquer outro país da América Latina, durante os anos 2000” (2015. p. 66)⁴.

O golpe parlamentar ocorrido no Brasil, no ano de 2016⁵, encontra paralelo com a deposição do Manuel Zelaya em Honduras, no ano de 2009 (FERNANDES, J., 2009),

² Relatório “Alfabetismo e o Mundo do Trabalho”, produzido pela ONG Ação Educativa. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/02/29/no-brasil- apenas-8-escapam-do-analfabetismo-funcional.htm> Acessado em 19 de março de 2019.

³ Segundo pesquisa da PricewaterhouseCoopers (PWC, 2017, tradução nossa), o Brasil possui um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* no valor de US\$ 3.135, somente atrás de China, Estados Unidos, Índia, Japão, Alemanha e Rússia.

⁴ Tradução nossa <http://piketty.pse.ens.fr/files/MorganMila2015.pdf> Acessado em 29 de maio de 2018

⁵ A caracterização de toda essa movimentação como golpe parlamentar se dá a partir do conceito *golpe de estado* contido no Dicionário do Pensamento Social do Século XX: desafio a constituição legal; ação rápida e sigilosa executada por poucas pessoas; relação contraditória com as massas (BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. (Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1996. Foi orquestrada a utilização de um método que não ultrapassasse os limites da legalidade institucional, sem uso das Forças Armadas e com forte atuação dos meios de comunicação, principalmente na convocação da base social que serviu de sustentação. Portanto, o golpe interrompeu a legalidade democrática do país. Apesar da aparência jurídica, todo seu arcabouço teve um caráter meramente político.

e a queda de Fernando Lugo no Paraguai, em 2012 (SIMÕES REIS, 2012), inserindo-se nesse conjunto de golpes de Estado ocorridos recentemente na América Latina.

Não tendo contas a prestar à população devido ao fato de não ter chegado ao poder por meio do voto popular e conseguir reunificar a elite brasileira em torno de um projeto econômico, é possível afirmar que Michel Temer foi elevado à posição de presidente com a função de impor aquilo que sua antecessora não obteve sucesso. O conjunto de ações que compunham o ajuste fiscal se tornou a joia que o governo liderado por uma aliança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM) iria buscar implementar.

Dentre as emendas e projetos de lei que juntas constituíam as medidas de austeridade, a Proposta de Emenda à Constituição 55⁶ foi uma das primeiras e mais apressadas a ser levada a votação no Congresso Nacional. Logo em seguida, foi apelidada de “PEC do Teto”, em alusão à necessidade de reduzir os gastos do governo para garantir o equilíbrio fiscal para retomado do crescimento econômico.

Após sua aprovação, a emenda à Constituição terá validade pelos próximos 20 exercícios financeiros e prevê basicamente a adoção de um novo regime fiscal. Em que o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social será congelado, a partir da manutenção do valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido somente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A educação que já sofria com cortes no investimento⁷ desde o primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma passou a enxergar um horizonte de cada vez maior dificuldade. Pois o congelamento dos investimentos irá frear verbas inclusive para o custeio das universidades federais, elemento esse que deixará em aberto a futuro do caráter público dos institutos federais de ensino superior.

Foi aberto um quadro político que favorecia a implementação de contrarreformas que propiciavam o agravamento da desigualdade social no país e de dependência econômica. Destacam-se a reforma trabalhista⁸, a transformação da política de preços da

⁶ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> Acessado em 19 de março de 2019

⁷ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/01/02/educacao-perde-r-105-bi-em-2015.htm> Acessado em 19 de março de 2019

⁸ O sociólogo Ruy Braga faz uma análise das alterações na legislação trabalhista do país https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/07/politica/1525717288_392959.html Acessado em 19 de março de 2019

Petrobras⁹ e a reforma da previdência.¹⁰ “O avanço de interesses capitalistas em relação ao que antes era visto e disputado como direitos faz com que políticas como saúde e educação, dentre diversas outras se tornem nichos de alta lucratividade para a iniciativa privada”. (CRESS, 2013. p5)

O giro econômico do país em direção a completa efetivação de uma agenda diretamente vinculada ao neoliberalismo, sem mediações com as necessidades da população, traz a tona novamente debates sobre a extrema desigualdade presente no país.

Um capitalismo que persistiu com a escravidão negra até quase cessar o século XIX e a dizimação da população indígena deixaram uma herança histórica. Portanto, se a chave para entender a situação do país na atualidade é a profunda desigualdade, a chave de compreensão da desigualdade é o processo de formação social brasileira e as marcas que ainda persistem na contemporaneidade.

A opressão racial no Brasil contemporâneo

São inúmeras as formas como o racismo se expressa no cotidiano da população negra, vão desde a perseguição pelos seguranças nos shoppings, olhares tortos nas ruas e taxis que não param. Até uma das marcas mais nocivas: o genocídio da juventude negra. Essas são variações de uma mesma lógica, a ideologia racista construída ao longo dos séculos de opressão racial.

As chamadas formas simbólicas, mas nada sutis, em que o racismo se expressa no cotidiano causam tanta devastação na vida do indivíduo negro como quando ocorrem casos explícitos de discriminação racial. A negativa em inúmeras entrevistas de emprego e os malabarismos utilizados para o não acesso do negro a cargos superiores no mercado de trabalho formal são alguns exemplos. A mulher negra observada com ótica de exacerbada sexualização e outras tantas argumentações para justificar a maior presença das negras nos serviços domésticos.

A discriminação racial alcança inúmeras dimensões. Com capilaridade em todos os setores da sociedade, e avança pelas formas mais variadas. Em pesquisa realizada

⁹ <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-politica-de-precos-da-petrobras-em-xeque> Acessado em 19 de março de 2019

¹⁰ <http://blogjunho.com.br/contrarreforma-da-previdencia-essencial-para-quem/> Acessado em 19 de março de 2019

pelo LAESER (Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais) em 2014, do Instituto de Economia da UFRJ, verifica-se que a participação negra entre os médicos representa somente 17,6% e aumenta para 70,2% quando são analisados os catadores de lixo e de material reciclável. Entre advogados e juristas o número é de 22,7%, porém entre os porteiros e zeladores atinge a marca de 63,3%.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, em 2013, um trabalhador negro no Brasil ganhava, em média, R\$1.374,79, ou seja, 57,4% daquilo que era pago para um branco (R\$ 2.396,74). Para as mulheres negras a diferença é ainda maior, pois o racismo quando combinado com o machismo, traz efeitos ainda mais drásticos, fazendo com que, naquele ano, a média salarial das mulheres negras não chegasse a 40% do que era pago aos homens brancos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, divulgada em 2015, mostra que 57% dos jovens entre 18 e 24 anos se autodeclararam negros e representam cerca de 42% dos estudantes do nível superior. Porém, o avanço na inserção dos jovens negros nos estágios mais avançados da educação ainda parte de uma lógica desigual. Pois o crescimento no acesso ao ensino superior público é inferior aos avanços no ensino privado.

Um dos traços mais profundos do racismo no Brasil é expresso no genocídio da juventude negra. Em estudo realizado pelo IPEA em 2013, foi confirmado que um adolescente negro tem 3,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio, se comparado a um adolescente branco.

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Violência contra Jovens Negros concluiu em seu relatório final que existe um genocídio simbólico em nosso país. Apontou o jovem negro, de baixa escolaridade e morador da periferia como o perfil principal dos homicídios entre os brasileiros de 15 a 29 anos.

O relatório final também expõe a opinião sobre o caráter dos autos de resistência:

O auto de resistência significa a produção de um documento oficial que pressupõe a morte em questão como decorrente da resistência à autoridade policial, como se tivesse havido confronto, como se o agente de Estado que efetuou o disparo o tivesse realizado para se defender. O que nem sempre é corroborado por evidências. (BRASIL, 2015, p. 70)

Utilizando o ano de 2011 como base, os números do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/Datasus) mostram que mais da metade dos 52 mil mortos por homicídios eram jovens, dos quais 71,44% negros.

O Mapa da Violência de 2014, produzido pela Unesco – braço da Organização das Nações Unidas (ONU) para a educação, a ciência e a cultura – traz à tona números sobre que confirmam a caótica situação dos jovens negros no Brasil. Entre 2002 e 2012 os homicídios de brancos tiveram queda de 24,8% e de negros cresceram 38,7%. As vítimas entre os jovens negros aumentaram em 32,4% e o de jovens brancos diminuiu em 32,3%. Um aumento de 111% na vitimização de jovens negros. (WAISELFISZ, 2014)

Essas estatísticas mostram a confirmação do genocídio que a juventude negra sofre no Brasil. Em conformidade a esse processo, o processo de aumento da consciência e identidade racial vem em uma crescente nos últimos anos. E os reflexos vão desde a reorganização do movimento negro e maior força das pautas raciais nos movimentos sociais, como também na volta do black power e dos crespos nas ruas e todo um conjunto de aspectos culturais da população negra.

O Censo de 2010 (dados do IBGE) mostra que pela primeira vez desde 1870 o Brasil tem uma maioria de não-brancos, aproximadamente 52%. Um dado que é fundamental para observar como o mito da democracia racial contaminou a sociedade brasileira. No Censo de 1980, a população, ao ser questionada sobre sua cor se autodefiniu, o que gerou um absurdo leque com mais de 150 cores, surgindo respostas que traziam cores como as seguintes: “acastanhada, alva escura, alva rosada, amarela queimada, azul, baiano, bem clara, branca morena, bem morena, branca queimada, branca suja, bronzeada, café com leite (...)” (MOURA, 1988, p. 63)

Apesar do aspecto positivo que o Censo de 2010 demonstrou, o mesmo também expressa o forte peso da ideologia racista. De forma diferente, mas com semelhante conteúdo ideológico revelado pelo Censo de 1980. Em 2010 somente 7% entre os “não-brancos” se declararam negros e os demais optaram pela definição de pardo, que é visto como o meio termo entre os extremos de superioridade e inferioridade (SILVA, 2016).

O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial? Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza

socialmente, de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. (MOURA, 1988, p 63)

O fato é que o ideal de branqueamento ainda é forte em todo país e faz parte do cotidiano da vida de toda população. E quanto a isso Clóvis Moura definiu:

O sistema classificatório que o colonizador português impôs, criou a categoria de “mulato” que entra como dobradiça amortecedora dessa consciência. O mulato é diferente do negro por ser mais claro e passa a se considerar, assimilando a ideologia étnica do dominador, a servir de anteparo contra essa tomada de consciência geral do segmento explorado/discriminado (MOURA, 1988, p. 70)

Portanto, definir quem é negro e quem não é a partir de uma discussão sobre paleta de cores serve a uma divisão entre os negros de pele escura e negros de pele clara. Distanciar o pardo do nível de consciência racial para assumir sua negritude é fazer com que ele se identifique cada vez mais com a ideologia que faz com que ele seja também explorado e discriminado (SILVA, 2016).

O Brasil é um país mestiço, biológica e culturalmente. (...). No contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, que resultam da escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afro-descendente). Ou seja, ser negro, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra.

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. Assumir a identidade racial negra é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos “bons”, “positivos” e de “sucesso” de identidades negras não são muitos e pouco divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade raciais/étnicas inexistente. (OLIVEIRA, 2004, p. 1)

Por isso o ato político da autodeclaração de um negro com o fenótipo sem traços marcantes é fundamental. É ir contra toda ideologia racista em que esse indivíduo esteve imerso. Desalienar-se é um processo difícil e muito doloroso. Assumir a identidade de algo que por anos teve, inclusive, sua humanidade negada. Um passo a frente na consciência negra.

E a preocupação da elite branca dominante quando negros e negras recusam o “ideal de branquitude” e assumem com maior força e identificação, independente dos características fenotípicas, é enorme. Pois causam um acirramento cada vez maior da luta de classes. O mito da democracia racial criada serve para um fenômeno de acomodação social. .

Conclusões

Concluimos que a década de 1990 abre um duro quadro para os trabalhadores e suas organizações com processos de desorganização, precarização do trabalho, dessindicalização, aprofundamento das desigualdades sociais e duros ataques à democracia. Vimos que não se trata de uma situação restrita ao contexto latino americano, mas possui particularidades e agravamentos relacionados à estrutura capitalista dependente historicamente construída.

Ressalta-se que diferente do que é difundido pela ideologia racista e fruto do mito da democracia racial, a opressão aos negros é corrente também entre os setores com melhores condições de vida e trabalho. Obviamente que, em proporções diferentes, porém contendo princípios semelhantes. No Brasil não ocorreu o processo de formação de uma burguesia negra. A ascensão social dos negros esbarra no contexto histórico na inserção do país no capitalismo moderno. Pois vivem a situação de opressão racial e exploração de classe o que provoca uma relação desigual e combinada frente aos trabalhadores brancos.

As mulheres negras lutam contra o espectro de sexualização que insistem em transferir a elas o estigma de servir somente para serviços domésticos e relações sexuais, com isso unificam a luta contra o racismo e machismo. Que combinados provocam uma opressão ampliada e que atinge de forma nefasta a vida dessas mulheres.

Vem sendo formada toda uma geração de negros e negras que se inspiram em Zumbi, Luiz Gama, Dandara, Luiza Mahin, João Candido e tantos outros. Jovens conscientes da sua negritude e ancestralidade.

O enfrentamento contra o racismo ganhou uma centralidade nas pautas dos movimentos sociais e a reorganização do movimento negro é um processo bastante progressivo. Não é mais possível que o espaço destinado aos negros seja de coadjuvante. Para a reivindicação por mais direitos e em defesa dos direitos para a classe trabalhadora ser consequente é preciso que a discussão racial atravesse todos os temas com transversalidade.

Portanto, diante dos novos enclaves proporcionados pela luta de classes no século XXI, é essencial a constante renovação das distintas formatações da relação entre a luta antirracista e a dinâmica dos movimentos em defesa das liberdades democráticas.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobre**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/relatorio-final-14-07-2015/relatorio-final-reuniao-de-15-07.15>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BUENO, Francisco da Silva. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. ed. rev. e atual. Por Helena Bonito C. Pereira, Rena Signer. São Paulo: FTD; LISA. 1996.

CRESS (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil após-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz, DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

FERNANDES, J. S. **A crise que configura cenário em Honduras**. CONJUNTURA INTERNACIONAL (BELO HORIZONTE. ONLINE), v.6. 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6. ed. Florianópolis. Insular. 2017.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18 n. 50, jan./abr. 2004.

SANTOS, Theotônio dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Perspectivas do Capitalismo moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, Wilson Honório da. **O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade**. Sundermann, 2016.

SIMÕES REIS, G. Um conto paraguaio: o golpe de Estado do lobo com pele de cordeiro. **Breviário de Filosofia Pública**, n. 68, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014**. Os Jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2014.